
A VIABILIDADE SUPERESTRUTURAL DO PATRIMÔNIO: ESTUDO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Pedro de Alcântara Bittencourt César¹
Beatriz Veroneze Stigliano²

¹ Doutor em Geografia pela USP. Email pedrotur@usp.br

² Doutora em Ciência Ambiental pela USP. Email beatrizstigliano@yahoo.com.br

Recebido em 16/10/2009

Aprovado em 23/11/2009

RESUMO

Analisa-se a formação de um atrativo cultural. Pesquisa-se o Museu da Língua Portuguesa, instituição recém inaugurada, localizada em São Paulo considerada modelo de utilização, contrastando os preceitos utilizados em sua construção, sob a ótica das cartas Patrimoniais. Destaca-se que, durante todo o transcorrer do século XX, as Cartas patrimoniais têm sido instrumento de políticas de utilização e conservação do patrimônio. A partir delas é apresentada uma série de recomendações definidas por diversos órgãos trans-nacionais e nacionais, com valores ambíguos. Desta forma, ressaltam-se aquelas utilizadas por órgãos de preservação, para uma análise sobre sua relação com a contemporaneidade da visitação cultural e turística. Com tal arcabouço, contextualiza-se o Museu da Língua Portuguesa.

PALAVRA-CHAVE: Turismo cultural; Cartas Patrimoniais; Museu; Patrimônio cultural.

ABSTRACT

An analysis of the development of a cultural attraction is conducted. The Museum of the Portuguese Language, recently inaugurated in São Paulo, considered a model of use, contrasting the precepts used in its construction, is analyzed, from the viewpoint of the Patrimonial Charters. Throughout the XXth century, the Patrimonial Charters have shaped the politics of heritage use and conservation. They present a series of recommendations set out by trans-national and national bodies with ambiguous values. Therefore, those used by preservation bodies are highlighted, for an analysis of their relationship with the contemporaneousness of cultural and tourist visitation. Within this framework, the Museum of the Portuguese Language is examined.

KEY-WORDS: Cultural tourism; Patrimonial Charters; Museum; Cultural Heritage.

1. INTRODUÇÃO

Na Era Vargas, inicia-se a formulação do estatuto legal e ideológico do patrimônio cultural brasileiro. Assim, na Constituição Federal de 1934, como marco, é notória a proteção patrimonial. Nela, define-se a competência do Estado para sua proteção (BRASIL, 1934). Situação reforçada pela criação do atual Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IPHAN (PELLEGRINI FILHO, 1997, p.105), vinculado ao Ministério da Cultura.

Desde então, muito tem sido definido e agregado. Nesse contexto, têm-se, como referência conceitual das políticas de preservação do patrimônio nacional, as Cartas Patrimoniais. Estas são recomendações desenvolvidas por órgãos de preservação que têm como característica sua abordagem *pluri* nacional. Escritas por vários grupos de classe, de perspectivas ideológicas diversas ou representantes de entidades governamentais, tais documentos referenciam os valores patrimoniais quanto a amplos aspectos sócio-culturais. Aborda-se, nesta pesquisa, a relação citada, destacando-se o contexto global institucional, em que são elaboradas. São também analisadas suas indicações quanto às re-funcionalização e composição do patrimônio arquitetônico e urbano e seu desdobramento nas lógicas de utilização patrimonial. Verificam-se, ainda, suas bases conceituais, por meio da pesquisa a seus promotores e elaboradores.

Conduz-se, neste estudo, uma síntese de análise que se desdobra sobre um concreto pensado. Destaca-se, assim, uma reflexão a respeito do **Museu da Língua Portuguesa**. Analisa-se, de uma forma crítica, o local, recém aberto, com forte apoio da indústria cultural do país, e suas relações com as Cartas Patrimoniais.

2. PRESSUPOSTO DAS CARTAS

As Cartas Patrimoniais têm como intuito uniformizar os discursos do cuidado ao bem cultural (SALCEDO, 2007, p.26). Entretanto, ao serem formuladas por grupos de interesses diversos, não se atende tal perspectiva. Existem, muitas vezes, idéias que competem, em suas lógicas, com os princípios de autenticidade, de restauro do objeto, de inventário, de hierarquia, de valores artísticos. Questão que tem influenciado a formulação de políticas de visitação e utilização diversas.

A preservação e utilização do patrimônio sempre estiveram ligadas a conceitos distintos. Inicialmente, duas personalidades antagônicas constituem-se como idealizadores deste pensamento: John Ruskin e Eugenio Violet Le-Duc (CESAR, 2007). Entretanto, ambos são vistos com ressalvas por não constituírem uma base científica. Porém, suas perspectivas possibilitam um estudo mais amplo da análise do patrimônio, sendo que a eles, até hoje, é atribuído o mérito de formadores do pensamento da conservação e uso patrimonial.

Uma nova geração de profissionais se ressentia da carência metodológica desses antecessores. Instiga-se, assim, a criação de novas abordagens, e, para tanto, realizam-se encontros mundiais para definir conceitos e estatutos. São marcos fundamentais para a formação desses novos parâmetros o *III Congresso degli ingegneri e architetti italiano* (1883), além do Congresso Internacional sobre a Proteção de Obras de Artes e dos Monumentos (1889) e do Congresso

Internacional de História e de Arte (1921) (LUSO, LOURENÇO e ALMEIDA, 2004). Entretanto, no encontro de outubro de 1930, realizado pela Liga das Nações, atinge-se uma dimensão internacional. Nele, os métodos científicos são colocados em discussão para o exame e preservação da obra de arte. Têm-se, então, as bases das cartas patrimoniais.

3. CARTA DE ATENAS DE 1931 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Este cenário cria toda a perspectiva para, meses depois do encontro da Liga das Nações, realizar-se, em Atenas, o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumento (1931). Encontro considerado o marco inicial de todo o processo.

Nele, elabora-se o primeiro documento de recomendações internacionais de conservação, manutenção e utilização do bem cultural. Propõe-se, através da Carta de Atenas (1931), a valorização histórica e artística, a não re-funcionalização e o respeito ao monumento. Dá-se estatuto à lógica de utilização de gabarito, como ferramenta para a distinção de uma valorização visual do patrimônio em questão. Outras questões recomendadas são: o envolvimento de múltiplas disciplinas na definição da intervenção e o respeito ao original, além da necessidade da preservação do entorno. Sugere-se, ainda, que cada nação realize seu próprio inventário do patrimônio cultural. Não se arbitra, entretanto, a definição de categorias e hierarquias, sendo que os focos são os edifícios e conjuntos arquitetônicos de importância histórica.

Ponto fundamental levantado é a definição do patrimônio pelas relações do espaço, da paisagem e da trama urbana adjacentes, definindo a importância do edifício e do conjunto arquitetônico. Elege-se o Estado como responsável pela salvaguarda do monumento, aconselhando-o a elaborar legislação que garanta seu direito legal.



Fig. 1 Liga das Nações
Fonte: ONU, 2008

Num período relativamente próximo, o Movimento Modernista elabora carta homônima (Atenas, 1933). Nela, marca-se a primazia atribuída à definição dos contornos urbanos pelos princípios do urbanismo, como parâmetro da necessidade de construções funcionalistas, amplas e ensolaradas. Tal documento caracteriza-se como referência para as fundamentações ideológicas, principalmente na América Latina, e, profundamente, no Brasil, ditando os projetos de urbanismo de muitas gerações (FONSECA, 2005 e CAVALCANTE, 2000). Com um discurso generalista, pretendia-se a aplicabilidade em qualquer situação. Cenário que suscita, de uma forma inusitada, a contestação de novos arquitetos, nos outros encontros do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.



Fig. 2 – Cartaz do CIAM
Fonte: ONU, 2008

Anos mais tarde, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura realiza, na cidade indiana de Nova Delhi, uma Conferência Geral (1956). Nela, são tratadas questões relacionadas à arqueologia. Entretanto, produz-se importante documento com reflexões gerais a respeito da perspectiva do Estado em garantir a proteção e o uso dos bens históricos, associados à necessidade de comunicação e acesso à comunidade internacional. Observa-se, ainda, o enfoque dado quanto à importância da utilização e realização de ações educativas com a participação de estudantes (Fig.3), além da formação e da ampla divulgação de **circuitos turísticos** (Fig.4) e de exposições e conferências a respeito do bem cultural.



Fig. 3 – Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido na USP
Foto do autor: 2008

Elabora-se, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, a Carta de Veneza (1964). Nela, aplica-se a noção atual de monumento histórico, por suas relações com o espaço (meio). Ainda neste documento, recomenda-se que **a restauração** deve, inicialmente, ser pensada com a utilização de **técnicas tradicionais**, e, somente com a impossibilidade de sua adoção, recomenda-se a vinculação de novas técnicas. Reconhece, ainda, que “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação devem ser respeitadas” (Carta de Veneza, art.11) Tem-se, assim, sua integridade como valor patrimonial, dando margem para um amplo e longo debate dentro de suas especificidades científicas e ideológicas.

Em 1968, em sua 15ª Seção, são apresentadas recomendações sobre a conservação dos bens culturais, relacionando o atendimento das necessidades da sociedade contemporânea. Abordam-se também, as posturas a serem adotadas no planejamento urbano, principalmente quanto à preservação e valorização dos monumentos em locais de interesse histórico. Considerações que são reforçadas em 1976, ao trabalhar a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida cotidiana atual, caracterizando tanto sua lógica histórica quanto tradicional. Salienta-se, ainda, a necessidade de integrar a vida contemporânea como elemento fundamental, que deve ser abordado no planejamento urbano e regional. Neste documento, também se expressa a aproximação quanto ao perigo de uniformização e despersonalização.

Assim, proclama-se a necessidade do respeito às relações culturais eminentes, o que caracteriza a identidade do lugar. Atribui-se, assim, como papel do Estado, a elaboração de políticas de proteção e de “revitalização”, por meio de projetos de planejamento nacional, regional e local. Quanto à utilização dos bens, pontua-se a importância em manter as funções existentes engendradas nas relações cotidianas. Desta forma, pontua-se, em particular, o comércio e o artesanato e a criação de outras novas atividades “que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem” (UNESCO, 1976). Para tanto, é proposta a formação de pólos culturais que sirvam de referência para desenvolvimento cultural das comunidades circundantes e inseridas no local.



Fig. 4 – Circuito Turístico Bandeirante: Proposta de Sérgio Buarque de Holanda
Foto do autor: 2007

Segue na mesma linha da **Carta de Veneza** a **Carta de Burra**, elaborada pelo ICOMOS, em 1980. Nela, pontua-se uma série de recomendações para a conservação e restauro, e, para tal, afirma a manutenção de um entorno visual apropriado (ICOMOS, 1980, art.8º), e o respeito a todas as alterações realizadas ao longo do tempo. Na **declaração do México**, de 1985, o ICOMOS reforça o valor de auto-afirmação, na elaboração cultural de cada povo. Ambas reforçam o reconhecimento dos estilos existentes no local.

Pela mesma abordagem, elabora-se a **Carta de Washington** (1986), com o tema: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Nela, observa-se o intuito de complementar a **Carta de Veneza** (1964). Salienta a necessidade da participação da população local para o sucesso da preservação (ICOMOS, 1986). Outro marco importante é propiciado pelo

ICOMOS, no ano de 1999, ao contribuir com o reconhecimento da atividade turística. Estabelece, assim, a **Carta Internacional de Turismo Cultural**, onde são propostos princípios a respeito do turismo e do patrimônio. Reforça-se o valor da atividade turística na conservação e como situação econômica, de educação e de conscientização. Esse documento ressalta, ainda, a necessidade de inserção das comunidades locais como beneficiárias da atividade.



Fig. 5 – Tiradentes: Boas técnicas de restauro, porém, população distante do processo
Foto do autor: 2008

4. AS ESPECIFICIDADES NO CONTINENTE AMERICANO

A Organização dos Estados Americano (OEA), promove, na cidade de Quito, em 1967, reunião a respeito da **conservação e utilização do monumento e lugares de interesse histórico e artístico**. Entretanto, o documento resultante associa-se a uma questão fortemente ideológica para a região. Desta forma, após a publicação da Norma de Quito (1967), acirra-se o interesse sobre o patrimônio cultural na utilização turística.

Nas **Normas de Quito** (1967), são apresentadas propostas concretas para a utilização do patrimônio, tendo em vista o panorama de transformação de áreas de poucos recursos econômicos dos países da América Latina. A valorização do bem patrimonial associa-se, definitivamente, ao

desenvolvimento econômico e social. Importante observar que, nesta perspectiva, os estilos ditos “importados” são reconhecidos por sua aculturação (Fig.6) e em suas “múltiplas manifestações locais”, que os caracterizam e distinguem (OEA, 1967), estendendo o interesse relacionado às manifestações culturais dos séculos XIX e XX.



Fig. 6 – Edifício tombado pelo IPHAN - Bolsa do Café de Santos
Foto do autor: 2008

Foca-se, assim, uma política de valorização do bem histórico, para que este cumpra novas funções, oriundas do processo de visitação, e, conseqüentemente, de incentivo ao investimento e associação do capital privado, visto como necessário para uma proteção duradoura. Nestas normas, concretiza-se a importância do recorte territorial. Adotam-se, para tanto, áreas de graus específicos de cobertura, como a zona de proteção da paisagem urbana, zona de proteção e zona de proteção rigorosa, esta última com uma gradação maior de amparo. Porém, espera-se que, para desenvolver tal papel, seja elaborado plano de desenvolvimento regional que insira a relação do turismo e a política de investimento.

No Brasil, tal ação desdobra-se no **Compromisso de Brasília** (1970). Esse Encontro de Governadores, prefeitos e autoridades da área de cultura, de todos os níveis, reforça o papel do Estado na proteção dos bens culturais e atribui às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais. No ano seguinte, realiza-se o **Compromisso de Salvador** (1971), que recomenda a criação de leis para ampliar as ações e usos dos bens tombados, reformulando o conceito de ambiência, pela proteção eficaz paisagística, arquitetônica e cultural. Nele, aborda-se o turismo e destaca-se a necessidade de planejar a condição ideal de utilização e divulgação. Recomenda-se, ainda, que “os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971).

No ano de 1974, sob o auspício da OEA e tendo como tema a experiência na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano, elabora-se a **Declaração de São Domingos**. Nela, tem-se como intuito desenvolver reflexões como um compêndio da **Carta de Veneza** (ICOMOS-UNESCO, 1964) e das **Normas de Quito** (OEA, 1967). Observa-se que são resoluções que reforçam o papel da iniciativa privada como agente de conservação e de valorização do centro histórico. Para tal, recomenda-se aos governos o estabelecimento de medidas legais para sua utilização econômica.

Importante destacar, também, a **Carta de Restauo** (MIP, 1972), que reforça que a obra de arte abrange qualquer época, e tem grande repercussão no Brasil. Por esta carta, abre-se um leque de opções, principalmente, ao reforçar seu uso na lógica sócio-espacial presente. Para tanto, institui que deve ser feito projeto para a restauração de uma obra arquitetônica após exaustivo estudo, devendo contemplar diversos pontos de vista. Assim, espera-se que se estabeleça a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc., assim como dos eventuais acréscimos ou modificações (MIP, 1972).

Pensa-se na totalidade da obra. Incorpora-se, em sua abordagem, a ambiência social, cultural e natural e todo o seu processo histórico e artístico, devendo, em sua elaboração, ter em mente a conservação do entorno urbano e paisagístico, mantendo as estruturas viárias e os edifícios existentes.

5. O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Estuda-se o confronto entre o prático-concreto, e seus contextos ideológicos, no Museu da Língua Portuguesa. Nele, observam-se distintas perspectivas. Como estação ferroviária, o local é impessoal e os funcionários são despreparados para lidar com a visitação. Em termos

administrativos, a Companhia Paulista de Transporte Metropolitano – CPTM não apresenta qualquer interesse de relacionar a estrutura funcional com o patrimônio existente. Panorama que caracteriza o local como plataforma de embarque. Chega-se, nela, a tratar com violência os visitantes que queiram contextualizar tal local com o Museu, desconsiderando que ambos participam da mesma edificação. No museu, por sua vez, os seus funcionários não têm qualquer compreensão do momento atual do entorno e do interior ferroviário, na formulação de lógicas museológicas com o prédio e o acervo. No prédio, uma equipe de profissionais treinados apresenta fragmentos históricos, sem um eixo norteador que aborde o valor memorial e patrimonial do objeto arquitetônico e cultural. Distancia-se de uma relação que justifique o arquitetônico como abrigo deste acervo.

No acervo do Museu, o tema “construção da língua portuguesa” deixa bem clara sua formação como identidade hegemônica, notada ao reconhecer a linha do dominante na formação de uma unidade nacional. Trabalha-se sob uma lógica imposta no período modernista, em que são apresentados o homem branco, os negros e os índios, como grupos majoritários formadores. O europeu lusitano é visto como “dono da língua”, o vitorioso na formação da identidade. Reforçando este contexto, cita-se Durham:

No Brasil, houve um processo de desapropriação e destruição de culturas existentes. Os portugueses se apropriaram de inúmeras produções culturais indígenas e destruíram os índios. Depois, tiveram uma ação intensíssima no descaracterizar e não permitir a produção de toda a cultura trazida pelos escravos. A escravidão é um dos processos mais violentos que existe de empobrecimento cultural Estabelece-se um controle absoluto que impede a reprodução da cultural original e, ao mesmo tempo, nega-se o acesso à cultura dominante (DURHAM, 1984, p.39)



Fig. 7 – Plataformas da CPTM
Foto do autor: 2008

Panorama que reproduz conceito amplamente difundido pelas escolas positivistas. Embora no acervo se reconheça a migração européia e asiática, atribui-se a estes um papel alegórico distante do processo. Impõe-se, assim, o discurso pragmático iluminista da nação moderna, mesmo que disfarçado de valores da pós-modernidade, ao adotar a essência informacional e tecnológica. Porém, importante reforçar a distância do discurso da pós-modernidade, ao não propor uma desconstrução da identidade, e sua reformulação por fragmentos de múltiplas outras. Tal relação apresentada ignora os valores de uma sociedade múltipla e plural. Contrasta, assim, com a própria sociedade atual em suas complexidades e fragmentações, inerentes ao momento atual, pós-moderno (JAMESON, 2006), e justificado como urbano (LEFEBVRÉ, 1974), em redes (CASTELLS, 2001), técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004) e contemporâneo (URRY, 1996 e LASH e URRY, 1998).



Fig. 8 – Interior do Museu da Língua Portuguesa
Foto do autor: 2008

O Ecletismo, que justifica a riqueza do patrimônio arquitetônico e textual, é descartado (como proposto pelo CIAM, 1933). O café, por exemplo, poderia ser abordado na exposição dos processos migratórios e civilizatórios e não apresentado, meramente, como elemento de uma relação de riqueza que importa costumes. Assim, seria possível formular uma tecnicidade sintética da interpretação do patrimônio, não por pragmatismo, mas por senso crítico, em que fosse

valorizada a sua riqueza atual. O conceito da ideologia moderna, que tanto contribui para a não interpretação do patrimônio arquitetônico, está marcadamente presente na ideologia do discurso apresentado, seja do visitante ao museu, ou do usuário ferroviário. Um famoso incêndio atribuído aos ingleses, antigos proprietários da Instituição Ferroviária do início do século, poderia ser um elemento de contextualização da identidade. As forças hegemônicas poderiam ser apontadas textualmente na imposição do uso do português pelos milhões de aborígenes, africanos e imigrantes. Teria, nestes objetos e sujeitos, associação necessária como elo para a compreensão da sociedade.

Entretanto, mantém-se o lugar “calado”, ou seja, sem uma interpretação digna de sua riqueza histórica e cultural. Entre as opções de resgate ou de construção memorial da formação econômica, tem-se sua antiga sala de embarque, descontextualizada, em suas relações sociais de períodos anteriores, com as paredes, hoje, brancas. Pode-se fazer uma infeliz associação ao branco dos prédios clássicos gregos, hipótese já derrubada há muito tempo (Fig.8) e que marca a intolerância do iluminismo.

Porém, espera-se que se rompa com a ideologia presente, há décadas, no país. Esperamos reforçar que existe, sim, uma sociedade que questiona, somente não são vozes ouvidas nas decisões a respeito das formas de interpretar o patrimônio e, conseqüentemente, de compreender toda uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Governo Federal. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: 1934.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a rede de informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 1 5ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CESAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. **As representações do espaço arquitetônico: uma proposta metodológica aplicada ao centro histórico da cidade de São Paulo**. Doutorado, DGF-FLCH-USP. São Paulo, 2007.

CIAM. **Carta de Atenas**, Atenas: 1933.

CICOP. **Carta de Mar del Plata**, Mar del Plata: 1997.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. *In*. ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado: estratégia de construção do patrimônio cultura**. Brasiliense, São Paulo, 1984, pp. 23-58.

ELIS. Isis Baldini. **Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel**. Dissertação, ECA-USP, São Paulo, 2002.

ENCONTRO DE GOVERNADORES. **Compromisso de Brasília**. Brasília: 1970.

ENCONTRO DE GOVERNADORES. **Compromisso de Salvador**. Salvador: 1971.

- EIA. **Carta de Machu Picchu**. Machu Picchu: 1977.
- ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, Atenas: 1931.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase 'heróica'. In. _____. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1997. Cap. 3, pp. 85-146.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964.
- ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra Austrália: 1980.
- ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington: 1986.
- ICOMOS. **Declaração do México**. México: 1985.
- ICOMOS. **Declaração de Xi'an sobre la estrutura del entorno de las estructuras, sítios y areas patrimoniais**. Xi'an, 2005.
- JAMERSON, Fredric. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LASH, Scott e URRY, John. **Economías de signos y espacio**: sobre el capitalismo de la pos organización. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- LEFÉBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1974.
- LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. In. **Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho**. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004, pp.31-44.
- MIP. **Carta de Restauro**. Roma: 1972.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo**: Razão e emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- OEA. **Norma de Quito**. Quito: 1967.
- OEA. **Resolução de São Domingos**. São Domingos: 1974.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultural e turismo**. Campinas: Papyrus, 1997.
- SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina**: Cusco e Ouro Preto. São Paulo: EdUnesp, 2007.
- UNESCO. **Documento de Nova Delhi**. Nova Delhi, 1956.
- UNESCO. **15º Seção da Conferência Geral**. Paris: 1968.
- UNESCO. **19º Seção da Conferência Geral**. Paris: 1976
- UNESCO. **Declaração de Paris**. Paris: 2003.
- URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens na sociedade contemporâneas. São Paulo: Nobel, 1996.